



DATA DA REUNIÃO: CATORZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICIPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA– PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E DEZ MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Presidente deu conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal:-----

- Despacho de quatro de Setembro último que adjudicou à Sociedade Sociplano – Sociedade de Planeamento, Estudos e Projectos Lda a elaboração do projecto de execução de arquitectura para a obra do “Centro Escolar de S. Tomé de Negrelos”, pelo preço de 180.000,00 € (cento e oitenta mil euros), mais IVA;-----

- Despacho de vinte e dois de Dezembro findo que adjudicou trabalhos a mais na empreitada de “Construção de Polidesportivo na Lama”, decorrentes de erros e omissões do projecto, no montante de 28.369,73 € (vinte e oito mil trezentos e sessenta e nove euros e setenta e três centimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Margasil – Sociedade de Construções Lda, pelo preço inicial de 314.991,94 € (trezentos e catorze mil novecentos e noventa e um euros e noventa e quatro centimos), por despacho do Presidente da Câmara de dezassete de Dezembro de dois mil e sete, do qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião de nove de Janeiro de dois mil e oito.-----

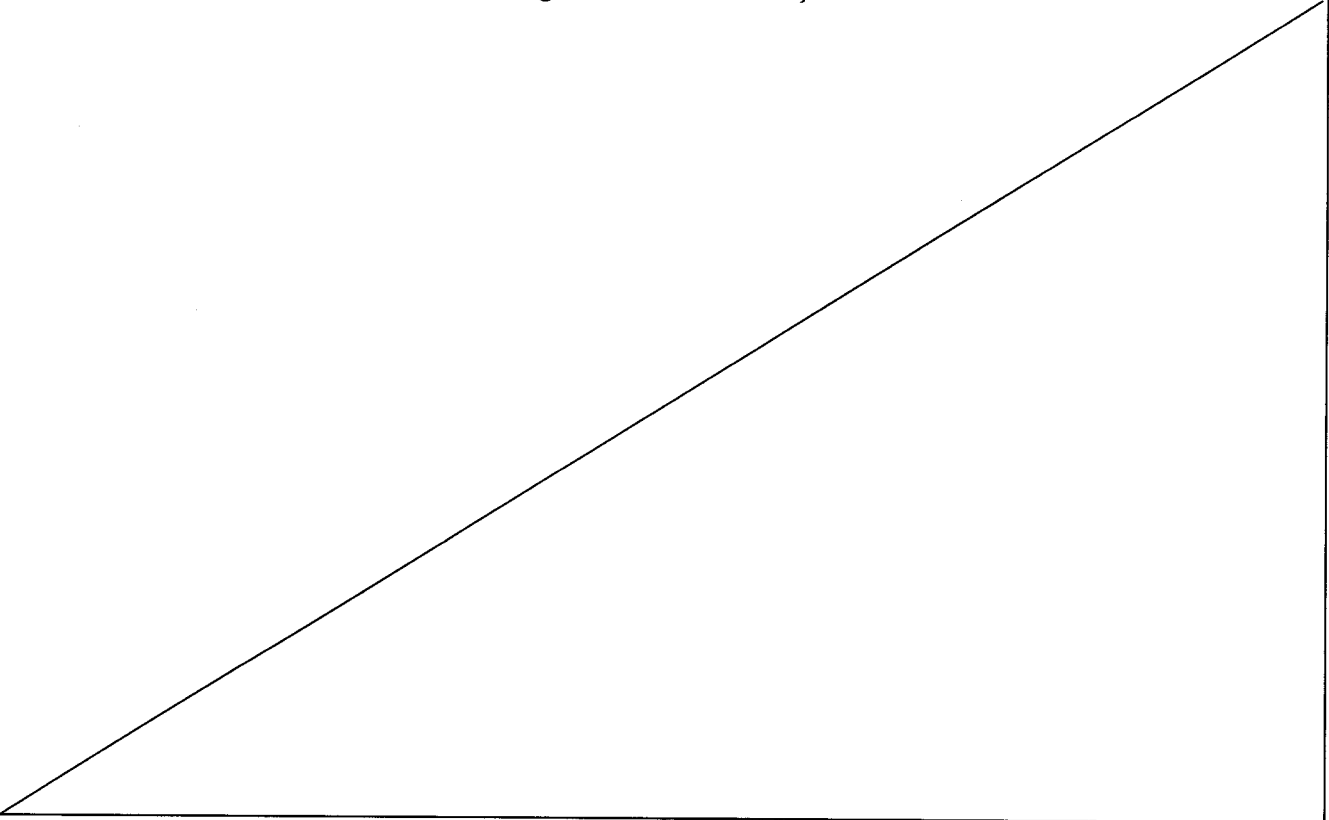
b) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu também conhecimento dos despachos a seguir referidos, por si proferidos ao abrigo de competência própria:-----



- Despacho de vinte e dois de Dezembro findo, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada de “Drenagem de Águas Residuais na E.N. 209-2”, no montante de 11.858,04 € (onze mil oitocentos e cinquenta e oito euros e quatro cêntimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade M. Couto Alves, S.A., pelo valor inicial de 123.568,50 € (cento e vinte e três mil quinhentos e sessenta e oito euros e cinquenta cêntimos).----

- Despacho de seis do corrente mês de Janeiro que adjudicou à sociedade CSTA – Consultoria, Serviços e Tratamento de Arquivos Lda, um contrato de prestação de serviços tendo por objecto a custódia de parte do arquivo municipal, pelo período de um ano, prorrogável até ao limite de dois anos, pelo preço global de 58.611,00 € (cinquenta e oito mil seiscentos e onze euros), sendo 39.541,00 € (trinta e nove mil quinhentos e quarenta e um euros) relativamente ao primeiro ano de vigência do contrato e 19.070,00 € (dezanove mil e setenta euros), relativamente ao segundo ano, valores esses acrescidos do IVA à taxa legal à data da facturação.-----



Reunião : ORDINÁRIA

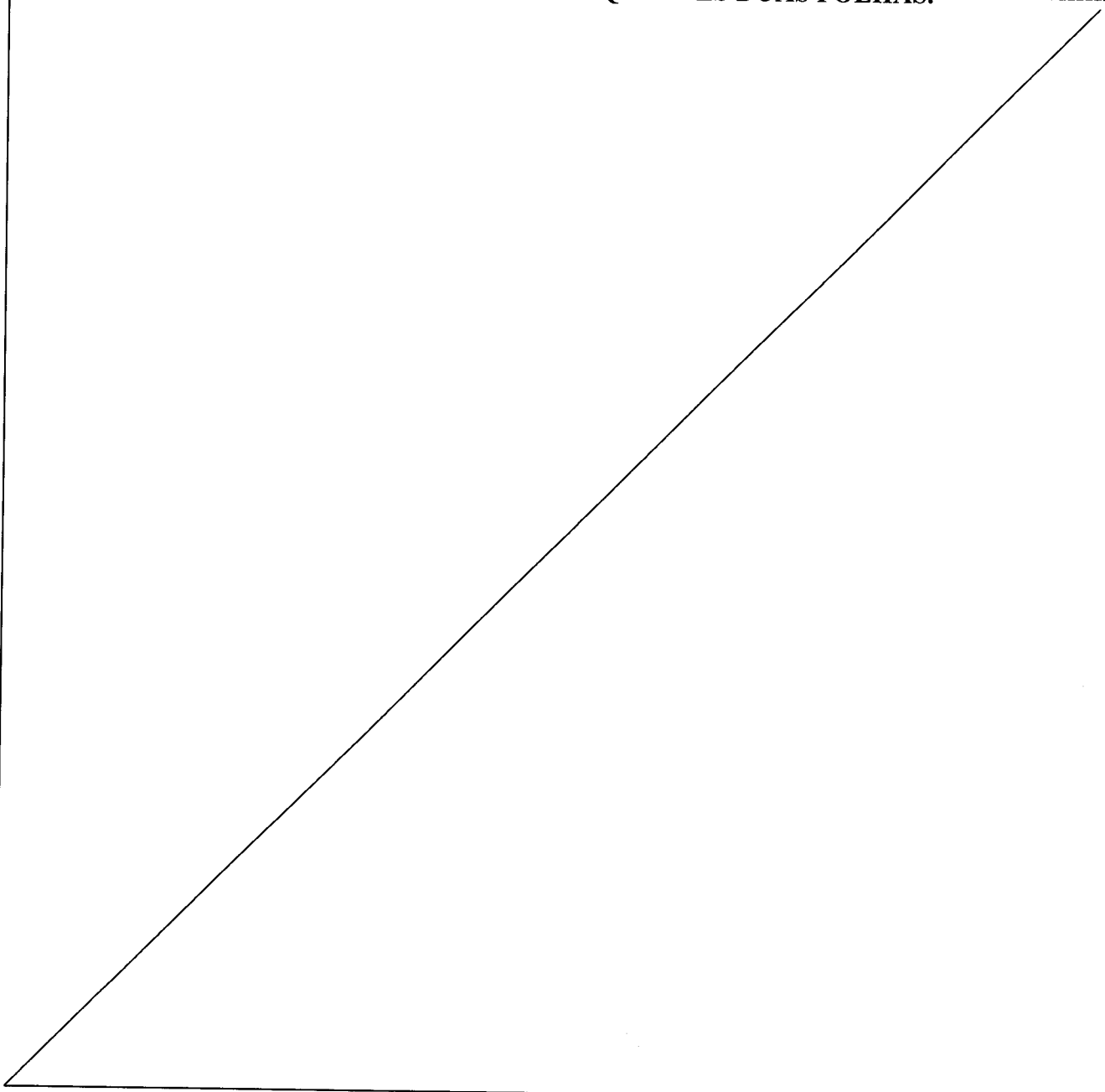


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 1 Fl. 04
14 de Janeiro de 2009

Handwritten signature and date 14/1/09.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/JANEIRO/2009 – ACTA Nº 1

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (23/12/2008)
- 2 – Confirmação das deliberações camarárias tomadas em anos anteriores e ainda pendentes de execução total ou parcial
- 3 – Periodicidade e horas das reuniões ordinárias no ano de 2009
- 4 – Autorização anual de constituição de Fundos de Maneio
- 5 – Recondução do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento para o ano de 2009
- 6 – Atribuição de abono para falhas ao funcionário Carlos Manuel da Silva Lopes: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 7 – Concurso Público para a constituição de uma sociedade comercial anónima de direito privado, de capitais minoritariamente públicos, para a construção de equipamentos urbanos e infra-estruturas de relevante interesse municipal: Recurso Hierárquico interposto pelo concorrente n.º 3, formado pelo agrupamento das Sociedades Alberto Martins de Mesquita & Filhos S.A., Alberto Martins de Mesquita II – Reabilitação de Imóveis, S.A., Ferreira Construções, S.A., e Efimóveis S.A., da deliberação da Comissão de Abertura de Propostas de 15/12/2008
- 8 – Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Universidade do Minho, tendo por objecto a cooperação técnica e científica entre as duas entidades: ratificação
- 9 – Outros Subsídios



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

06

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 9 de Janeiro de 2009

O Presidente,

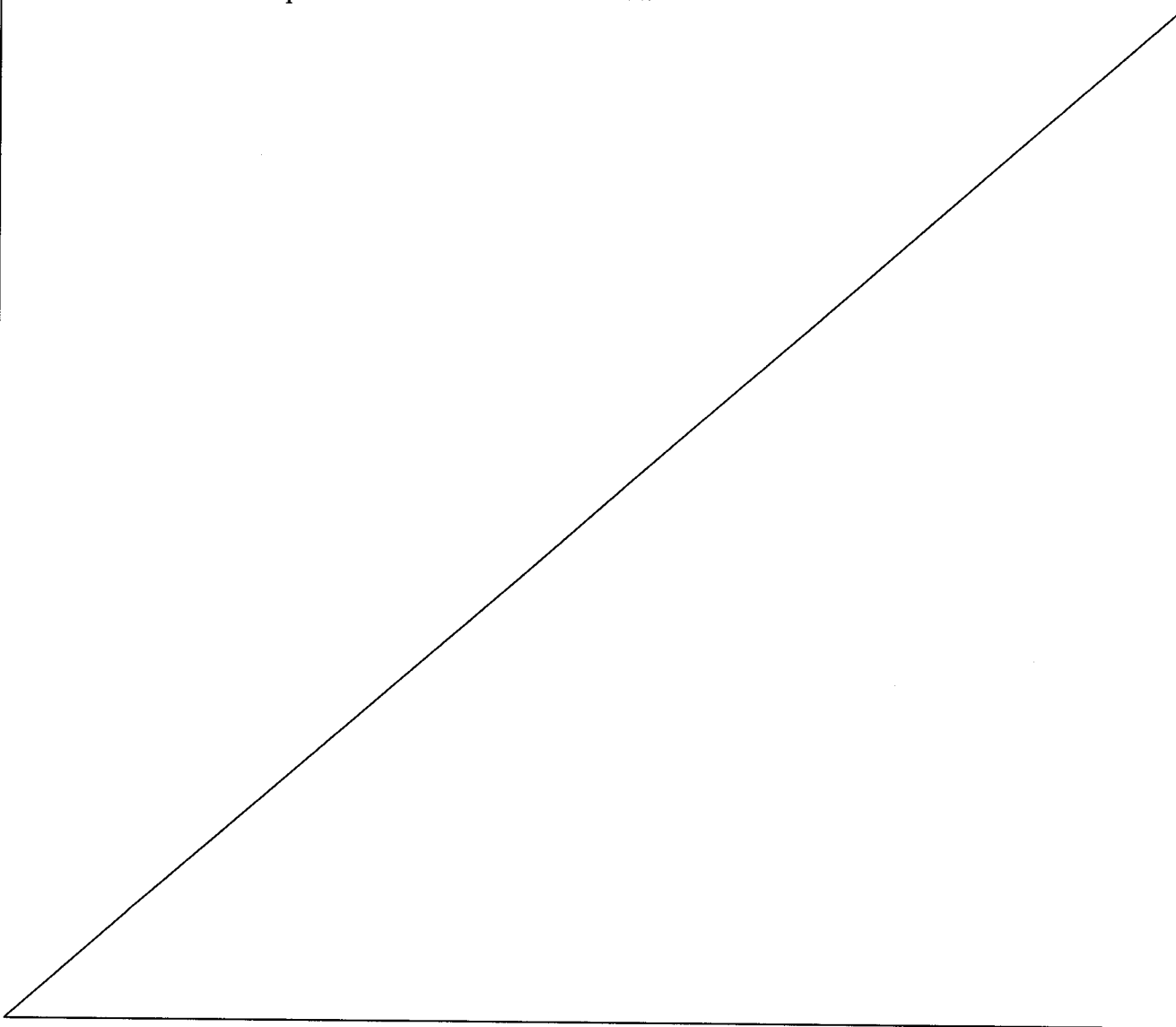


1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (23/12/2008).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e três de Dezembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----



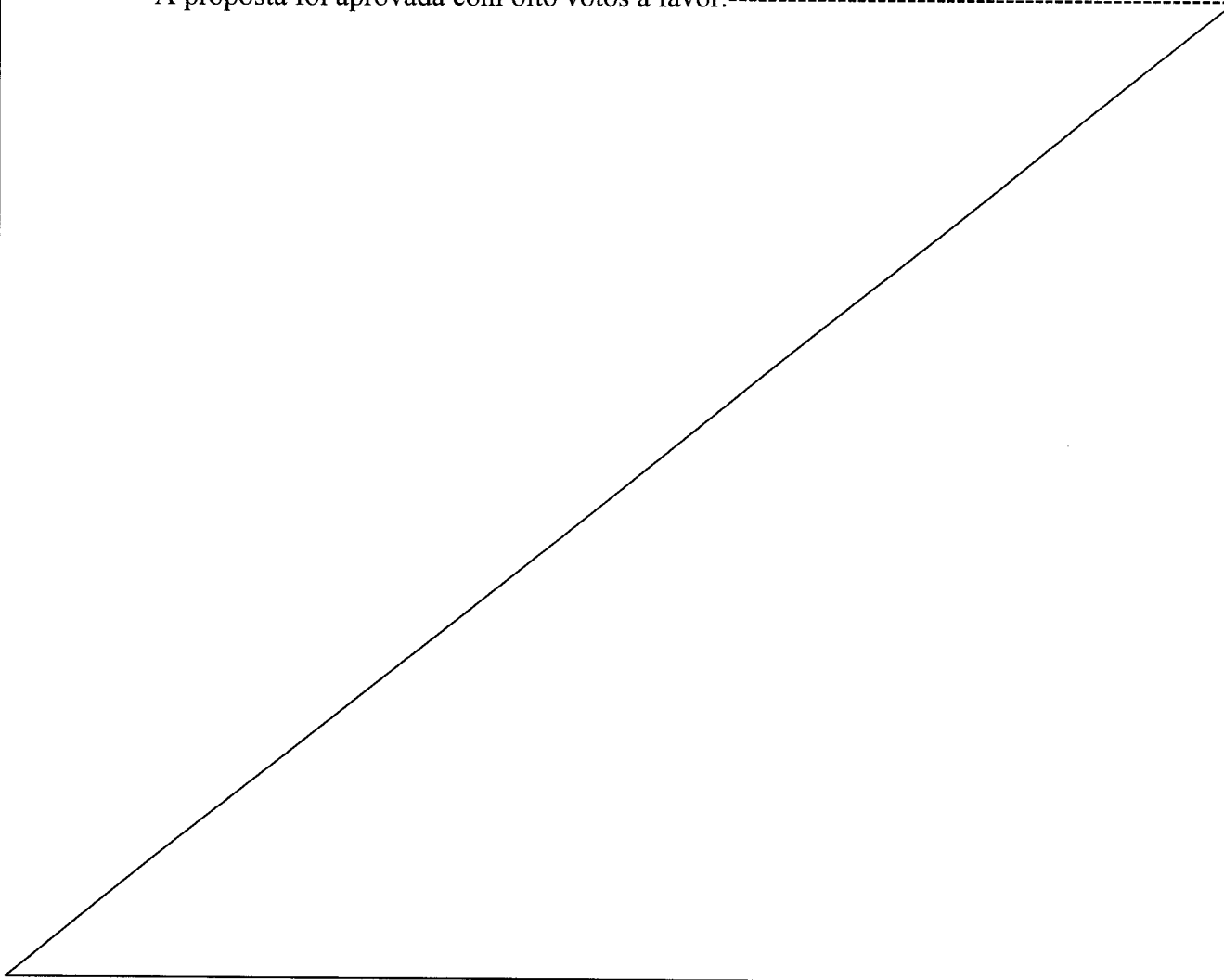


Handwritten signature and initials.

2. CONFIRMAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES CAMARÁRIAS TOMADAS EM ANOS ANTERIORES E AINDA PENDENTES DE EXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse confirmar todas as deliberações tomadas em anos anteriores, que não tenham sido expressa ou tacitamente revogadas por outras deliberações, e ainda pendentes de execução total ou parcial, sem prejuízo de se manterem, quanto a esta confirmação, os votos contrários ou de abstenção oportunamente emitidos e nos termos em que o foram.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





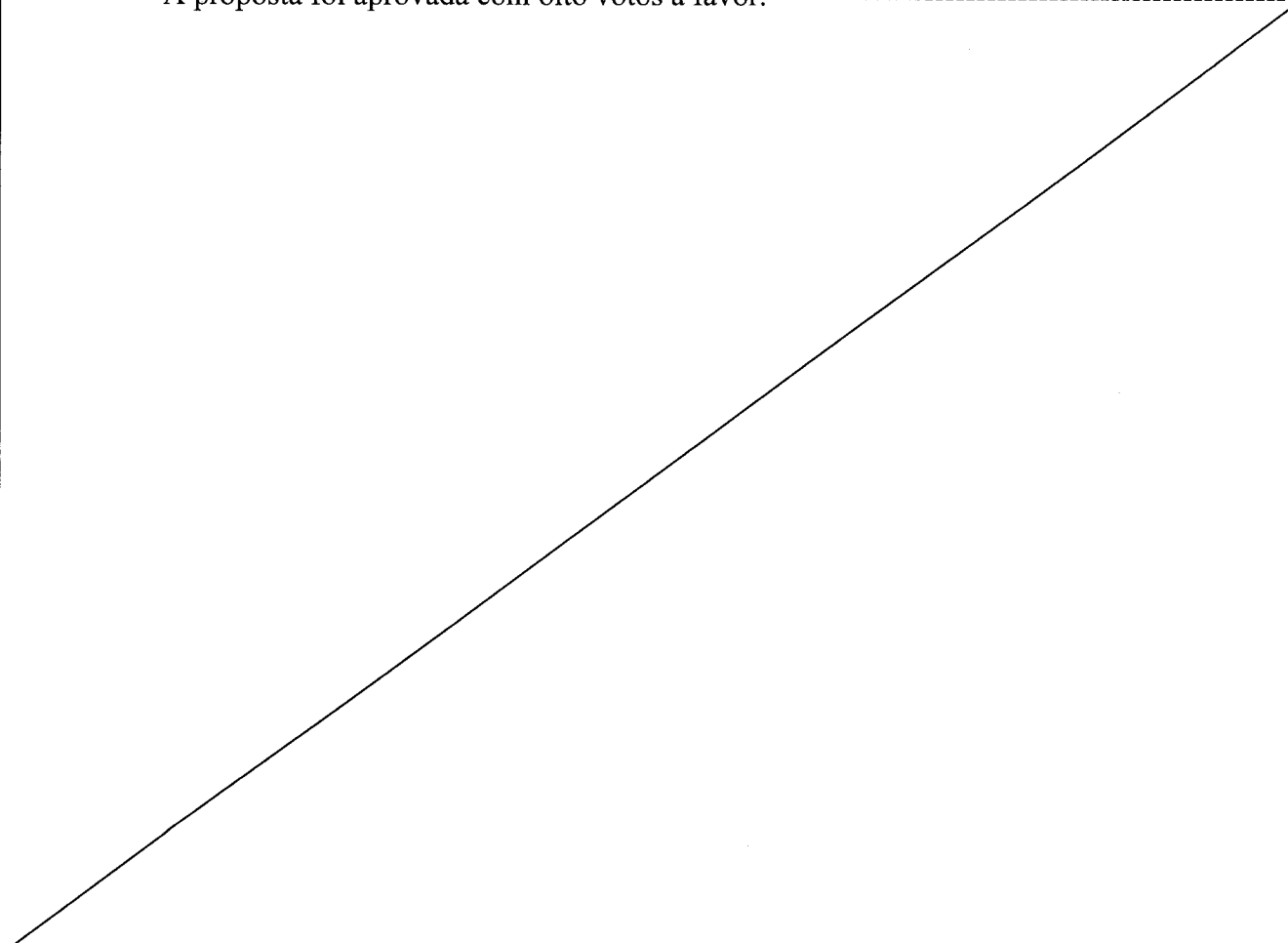
Handwritten signature and the number 4.

3. PERIODICIDADE E HORAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS NO ANO DE 2009

O Senhor Presidente propôs, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 62º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse que as reuniões ordinárias se continuem a realizar quinzenalmente, por ser essa a periodicidade mais conveniente para o funcionamento dos serviços, no Salão Nobre dos Paços do Concelho ou em outra sala própria para o efeito, às quartas-feiras, com início às nove horas e trinta minutos, sendo pública a última reunião de cada mês.-----

Os dias das reuniões, em conformidade com aquela proposta, constam do calendário anexo à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

10

*** REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL ***

ANO DE 2009

Dias das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal de Santo Tirso
para o ano de 2009.

JANEIRO	14 – 28
FEVEREIRO	11 – 25
MARÇO	11 – 25
ABRIL	08 – 22
MAIO	06 – 20
JUNHO	03 – 17
JULHO	01 – 15 – 29
AGOSTO	12 – 26
SETEMBRO	09 – 23
OUTUBRO	07 – 21
NOVEMBRO	04 – 18
DEZEMBRO	02 – 16

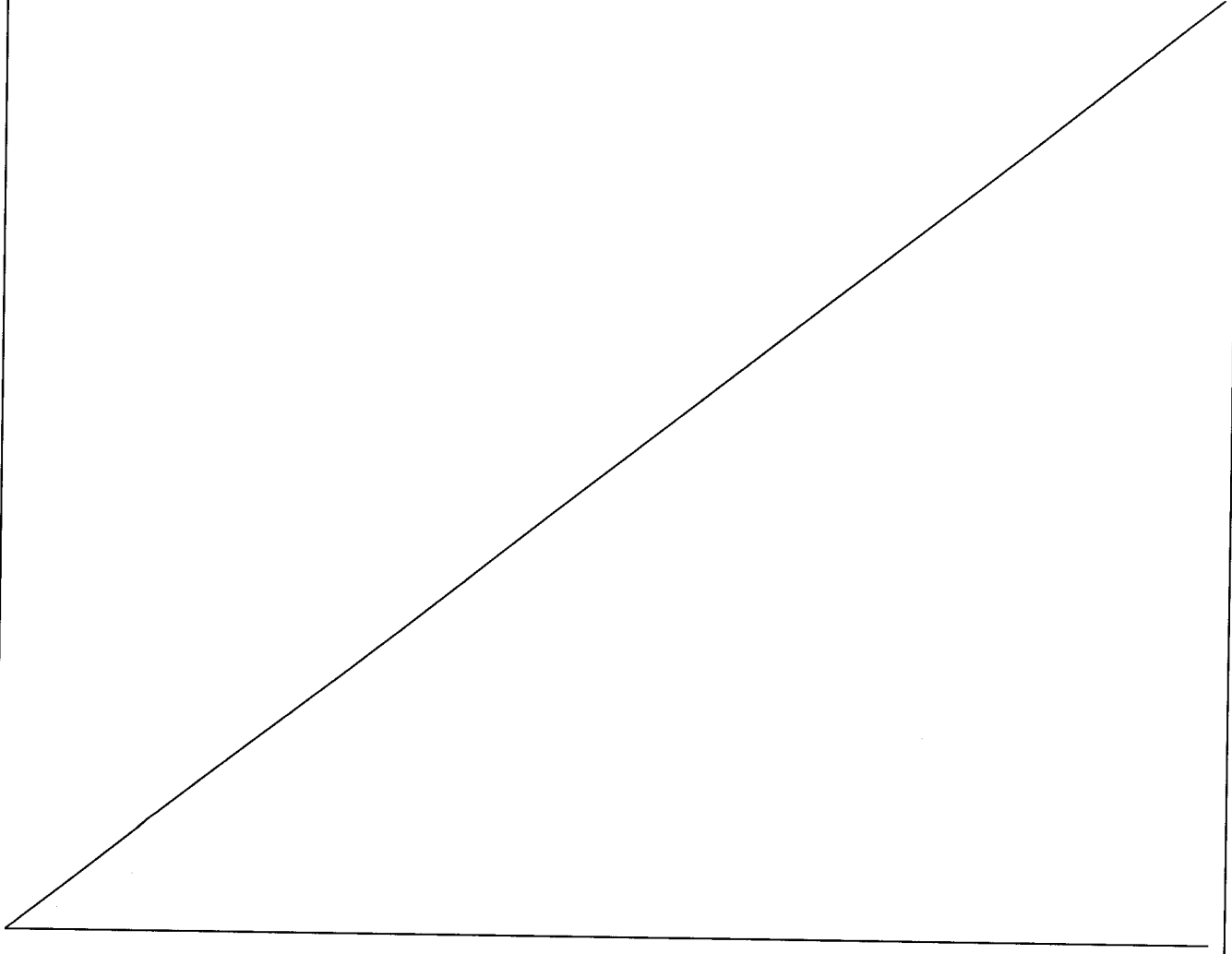
As reuniões têm início às **9h30m** e realizam-se em sala própria da
sede do Município, sendo pública a última reunião de cada mês.



4. AUTORIZAÇÃO ANUAL DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar a constituição dos fundos de maneo constantes da listagem que se anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo a subsequente folha, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, cuja utilização, reconstituição e reposição deverá obedecer ao previsto nos artigos 11º e seguintes do Regulamento de Controlo Interno aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e dois.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Constituição do fundo de maneo 2009				
Serviço	Responsável	Valor estimado mensal	Rubricas orçamentais	Dotação orçamental anual
Pavilhão Desportivo Municipal	Bernardino António da Silva Alves	500,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Divisão de Administração Geral	Ana Maria Magalhães do Vale	250,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Departamento Planeamento e Habitação	José António Lopes	250,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Secção de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado	Maria Adriana Salgado Magalhães	500,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Departamento de Obras Municipais	Carlos António Nogueira Veloso	500,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Divisão de Recursos Humanos	Fernando Manuel Oliveira Pereira	250,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Divisão de Educação	Maria Georgina Barroso Duarte Príncipe Santos	500,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Gabinete de Apoio à Presidência	Luciano Nunes Forte	750,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Divisão de Cultura	Júlia Dias Nunes	750,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Divisão Comunicação e Relações Públicas e Internacioanis	Fernando Manuel Silva Moreira	250,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Secção Compras e Gestão Stocks	Maria Cacilda da Costa Alves Sousa	1.000,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Divisão de Acção Social	Paula Maria Brandão Silva	500,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Piscina Municipal	Maria de Lurdes Soares Carneiro	250,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Serviços Turismo	Palmira Manuela Cerqueira Peres	500,00 €	02020120 020225	420.000,00 € 2.100.000,00 €
Total:		6.750,00 €		

PRC

02020120

40.500,00 €

020225

40.500,00 €



7
47

5. RECONDUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2009-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o disposto na primeira parte do § 2º do artigo 169º do Código Administrativo, proponho que a Câmara Municipal delibere reconduzir para a gerência de dois mil e nove os membros do Conselho de Administração nomeados por deliberação camarária de trinta e um de Outubro de dois mil e cinco (item quatro da respectiva acta).-----

Membros do Conselho de Administração, de harmonia com aquela proposta:-----

- Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara e que presidirá ao Conselho de Administração, nos termos da 1ª parte do corpo do artigo 169º do Código Administrativo;-----

- Engª Ana Maria Moreira Ferreira, Vereadora;-----

- Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, Vereador;-----

- Drª Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, Vereadora;-----

- Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, Vereador.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----



7

df

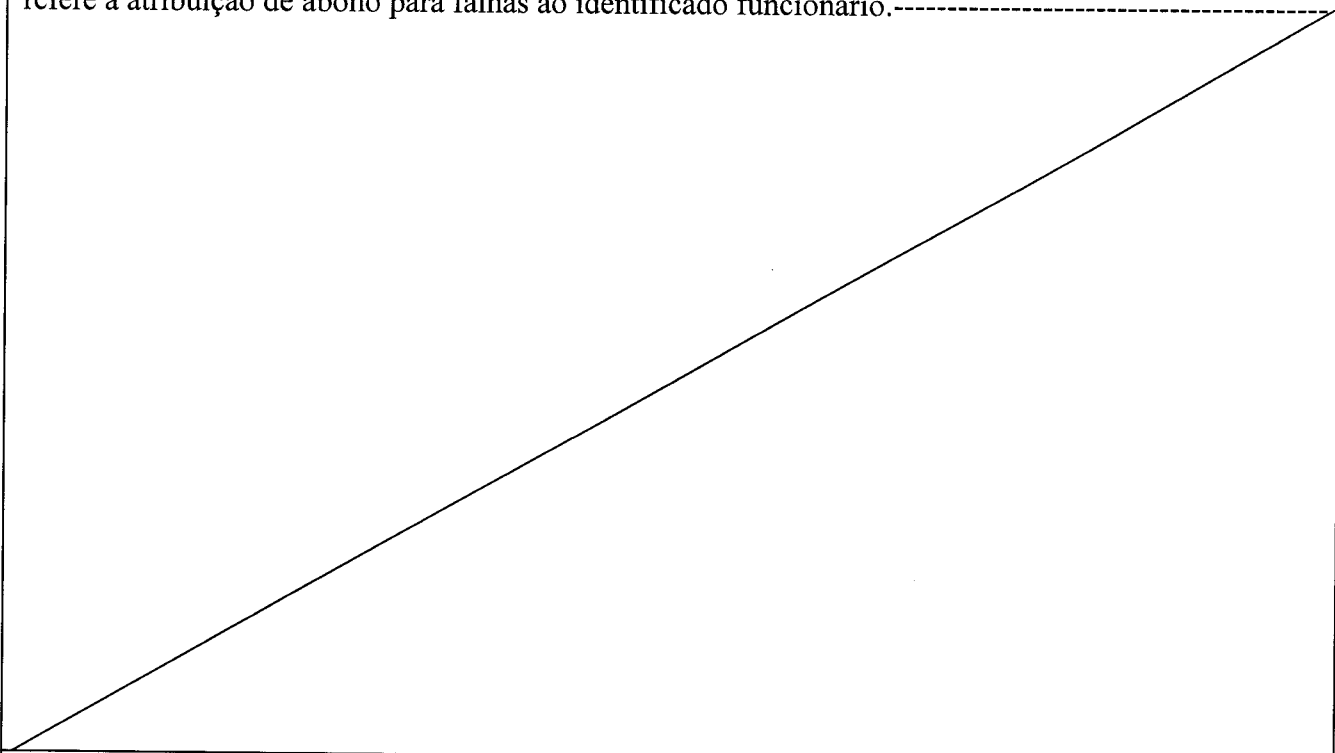
6. ATRIBUIÇÃO DE ABONO PARA FALHAS AO FUNCIONÁRIO CARLOS MANUEL DA SILVA LOPES: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara de vinte e três de Dezembro findo, que designou, ao abrigo de competência própria, o funcionário Carlos Manuel da Silva Lopes para exercer as funções de tesoureiro a partir de vinte e quatro de Dezembro findo, sendo responsável, a partir daquela data, pela gestão e coordenação dos serviços de tesouraria.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal, na parte que se refere à atribuição de abono para falhas ao mesmo funcionário.-----

Anexa-se à presente acta e dela fica a fazer parte integrante cópia do aludido despacho, o que constitui as subsequentes duas folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido despacho na parte que se refere à atribuição de abono para falhas ao identificado funcionário.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

15

DESPACHO

Tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que o funcionário Aureliano Alberto Maia Monteiro Oliveira, actualmente a exercer funções de tesoureiro, vai passar à situação de aposentado a partir do dia 24 de Dezembro de 2008;

Considerando que apenas se encontra afecto à Tesouraria o funcionário Carlos Manuel da Silva Lopes, com a categoria de chefe de secção;

Considerando que, de acordo com o disposto no nº2 do art.18º do DL nº 247/87, de 17 de Junho, quando se verifique que a vacatura do cargo é superior a 30 dias, há lugar à substituição do tesoureiro;

Considerando que o nº 3 do mesmo dispositivo legal preceitua que a substituição se fará, em primeiro lugar, por funcionário da categoria mais elevada;

Considerando que o funcionário Carlos Manuel da Silva Lopes, por proceder ao manuseamento de dinheiro, já recebe abono para falhas no montante correspondente a metade do vencimento ilíquido do actual tesoureiro e que, consequentemente prestou caução;

Considerando que o mesmo prestou caução no montante de 4.277,19€ (quatro mil duzentos e setenta e sete euros e dezanove cêntimos), mediante seguro caução da Companhia de Seguros Lusitânia (apólice nº 150003045 01);

Considerando, no que respeita à caução, que a lei apenas determina que "*o seu valor não poderá ser superior a metade do vencimento ilíquido anual da categoria de ingresso na carreira de tesoureiro*".

Considerando que, por força do disposto no nº 4 do citado art. 18º, o substituto terá direito aos abonos atribuídos ao tesoureiro;

Considerando que o assunto não foi oportunamente remetido a reunião do executivo camarário, em virtude de se ter ficado a aguardar a comunicação da Caixa Geral de Aposentações, o que, até à presente data ainda não se verificou;

Considerando que, pelo limite de idade (70 anos), fixado pelo art. 1º Decreto nº 16 563, de 2 de Março de 1929, o referido funcionário, não poderá, a partir do dia 24 de Dezembro de 2008, continuar a exercer as funções de tesoureiro;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

16

Designo, ao abrigo do disposto no nº 3 do art. 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, como substituto do funcionário Aureliano Alberto Maia Monteiro Oliveira, o funcionário Carlos Manuel da Silva Lopes, o qual passará a assumir funções de tesoureiro a partir daquela data, sendo responsável pela gestão e coordenação dos serviços de Tesousaria.

Mais determino, de acordo com o disposto no nº 1 do art. 17º do aqui citado diploma legal em conjugação com o disposto no nº 5 do art.18º, atribuir ao funcionário substituto abono para falhas no montante mensal de 112,43€ (cento e doze euros e quarenta e três cêntimos), correspondente a 10% do vencimento ilíquido da respectiva categoria.

Remeta-se o presente despacho à próxima reunião do executivo camarário para ratificação e cópia à Divisão de Gestão Financeira e à Divisão de Recursos Humanos.

Santo Tirso, e Paços do Concelho, 23 de Dezembro de 2008

O Presidente,

Castro Fernandes



7. CONCURSO PÚBLICO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA DE DIREITO PRIVADO, DE CAPITALS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, PARA A CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E INFRA-ESTRUTURAS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL: RECURSO HIERÁRQUICO INTERPOSTO PELO CONCORRENTE N.º 3, FORMADO PELO AGRUPAMENTO DAS SOCIEDADES ALBERTO MARTINS DE MESQUITA & FILHOS S.A., ALBERTO MARTINS DE MESQUITA II – REABILITAÇÃO DE IMÓVEIS, S.A., FERREIRA CONSTRUÇÕES, S.A., E EFIMÓVEIS S.A., DA DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE 15/12/2008-----

Presente o Recurso Hierárquico interposto pelo concorrente número três ao concurso público acima referido, que foi registado na câmara municipal com o número dezanove mil seiscientos e setenta e oito / dois mil e oito.-----

O recorrente interpõe recurso da deliberação da Comissão de Abertura do Concurso datada de quinze de Dezembro findo, que decidiu indeferir o pedido de rectificação de erro de escrita apresentado pelo mesmo concorrente por requerimento datado de vinte e sete de Outubro último, registado na câmara municipal com o número dezassete mil e oitenta e um / dois mil e oito.-----

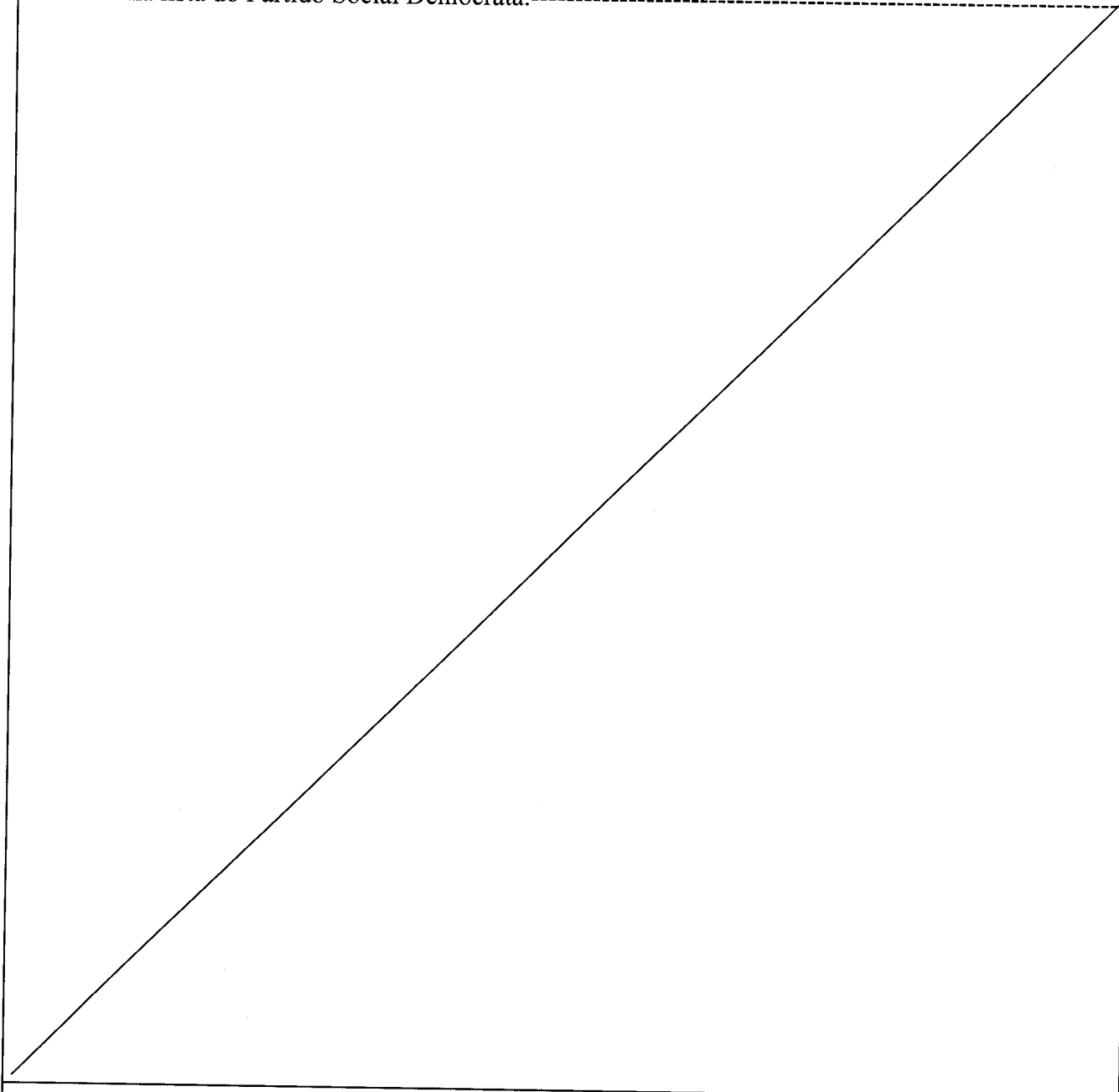
Do expediente consta informação da Directora do Departamento Administrativo, de doze do corrente mês de Janeiro, que conclui que o erro alegado pelo concorrente é revelado no próprio contexto da declaração e que, consequentemente, deve ser deferido o recurso hierárquico e em consequência ser admitido o pedido de rectificação do artigo 4.º do projecto de estatutos constantes da proposta daquele concorrente, nos termos solicitados.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, com fundamento na aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deferir o recurso hierárquico e em consequência admitir o pedido de rectificação da redacção do artigo quarto do Projecto de Estatutos da proposta do concorrente que, nos termos solicitados passa a ser a seguinte *“A Sociedade é constituída por prazo não inferior a 25 (vinte e cinco) anos”*.-----



Handwritten signature and date 14/1/09.

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----





Handwritten signature and date 14/1/2009.

8. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO, A UNIVERSIDADE DO MINHO E A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, TENDO POR OBJECTO A COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTIFICA ENTRE AS PARTES: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Protocolo de Cooperação celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso, a Universidade do Minho e Universidade Católica Portuguesa, datado de um de Outubro último, que tem por objectivo a cooperação técnica e científica entre as partes, bem como o Termo Adicional ao mesmo Protocolo, também datado de um de Outubro último, que tem por objecto o desenvolvimento de actividades a levar a cabo no ano lectivo 2008/2009, nomeadamente o lançamento de um seminário temático de investigação histórica e a realização de jornadas históricas.-----

Junta-se cópia do referido Protocolo à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por cinco folhas.-----

O referido Protocolo e termo adicional anexo foi ratificado com oito votos a favor.-----

Large diagonal line indicating the end of the document or a signature area.



Handwritten signature and number 4

9. OUTROS SUBSIDIOS. -----

A) À COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SANTA LUZIA – MONTE CÓRDOVA: PEDIDO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício de vinte e seis de Outubro último, da comissão de festas em honra de Santa Luzia – Monte Córdova, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santa Luzia que se realizaram naquela freguesia, nos dias sete a dezasseis de Dezembro findo.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões especialmente constituídas para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsidio no montante de 250 € (duzentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de Santa Luzia – Monte Córdova, representada por José Manuel Araújo Carneiro, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Large diagonal line across the bottom of the page



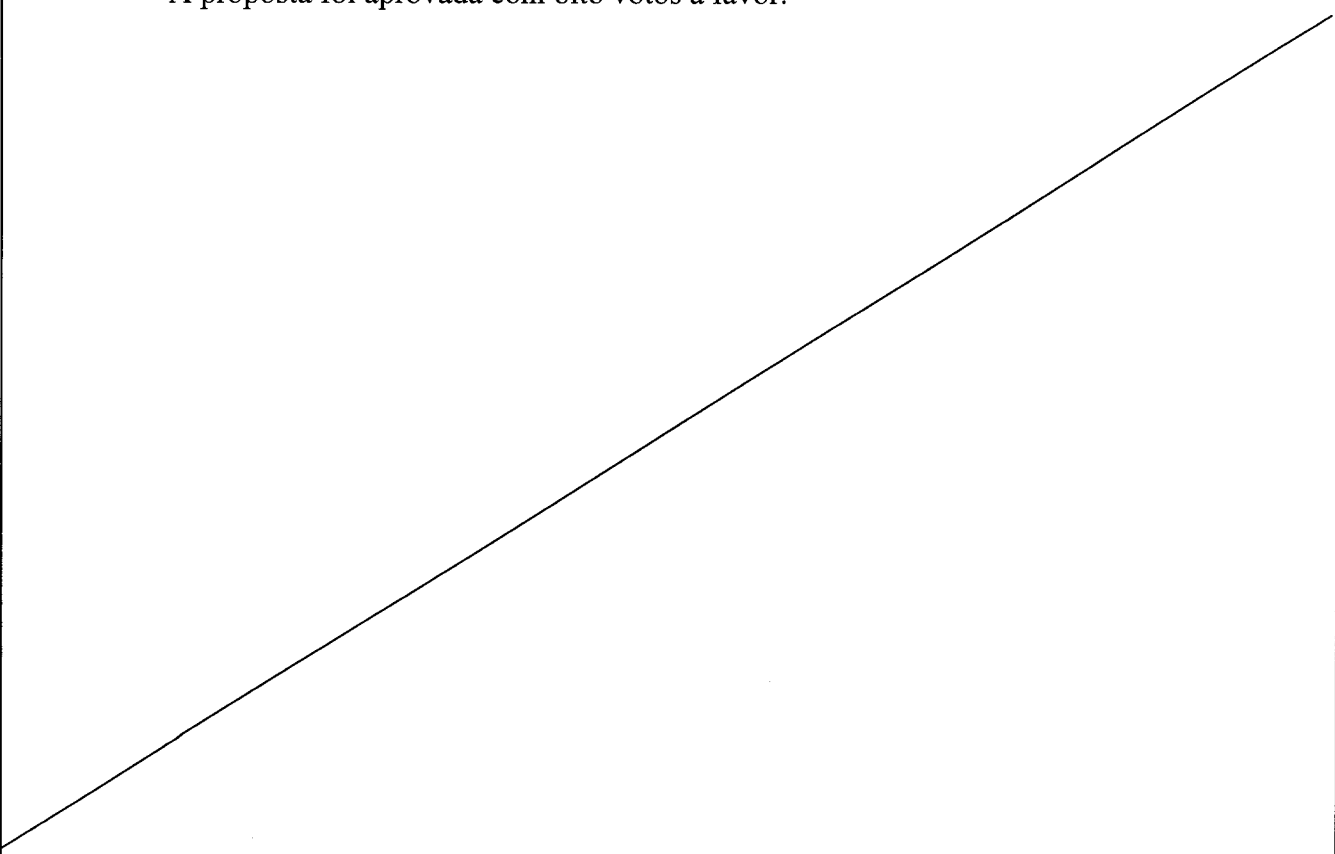
9. B) À PARÓQUIA DE S. MIGUEL DA LAMA – SANTO TIRSO.-----

Presente ofício de onze de Junho do ano findo, da Paróquia de S. Miguel da Lama, Santo Tirso, registado com o número oito mil oitocentos e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a construção de um edifício destinado a Centro Paroquial, em reforço do subsídio atribuído pela câmara municipal por deliberação de dezoito de Janeiro de dois mil e seis.-----

A Divisão de Edifícios informa que o valor final da obra é de 316.914,46 € (trezentos e dezasseis mil novecentos e catorze euros e quarenta e seis cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Paróquia de S. Miguel da Lama um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





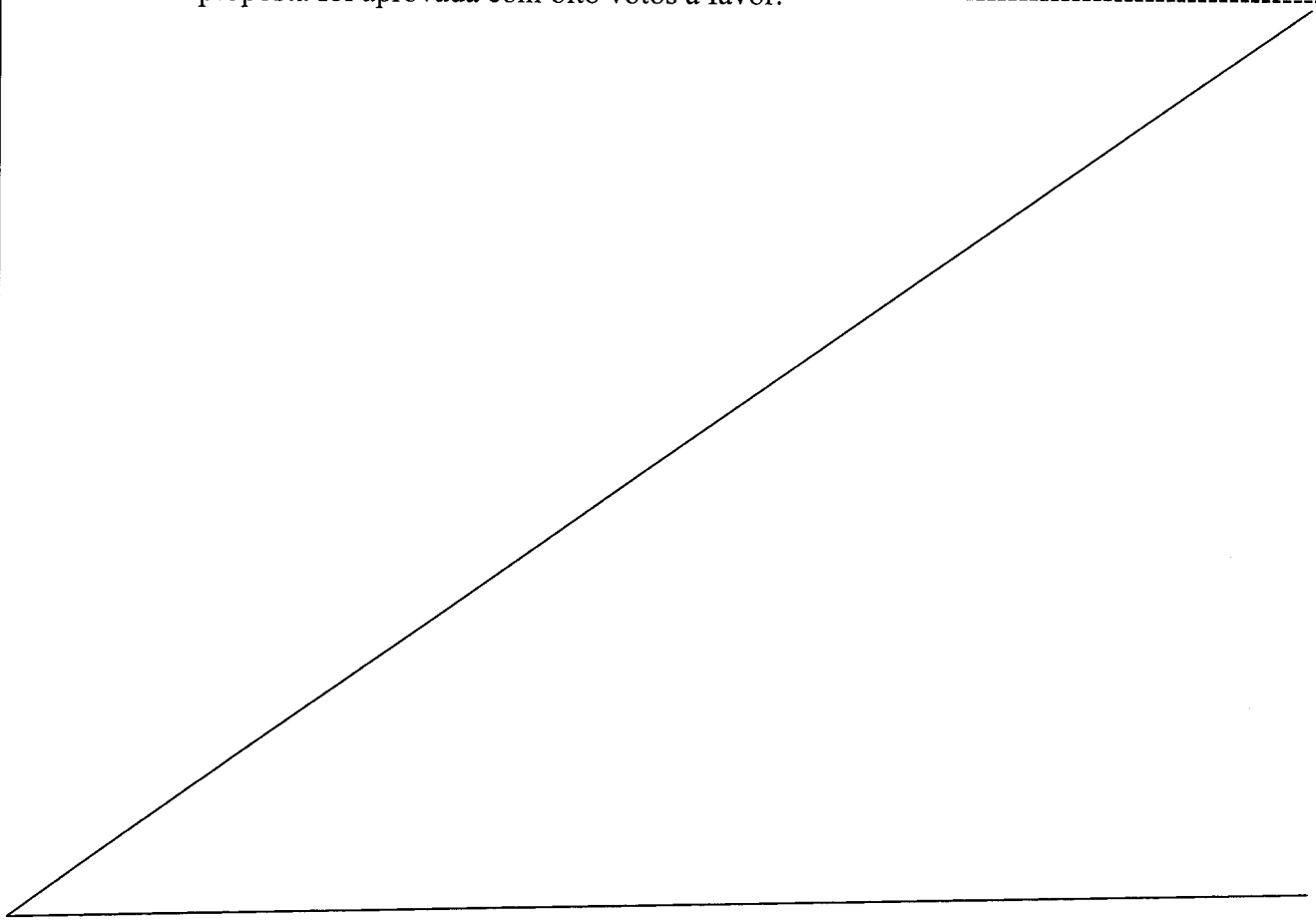
9. C) À PARÓQUIA DA REGUENGA – OBRAS NO SALÃO PAROQUIAL.-----

Presente officio de catorze de Novembro último, da Paróquia da Reguenga, registado com o número dezoito mil e dois, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com as obras de recuperação efectuadas no Salão Paroquial.-----

A Divisão de Edifícios informa quais os trabalhos que foram executados e informa ainda que o orçamento apresentado, no valor de 63.816,00 € (sessenta e três mil oitocentos e dezasseis euros) é aceitável, atendendo à natureza dos trabalhos realizados.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Paróquia de Santa Maria da Reguenga um subsidio no montante de 10.000,00 € (dez mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





9. D) AO FUTEBOL CLUBE TIRSENSE-----

Presente ofício de dois do corrente mês de Janeiro, do Futebol Clube Tirsense, registado com o número quatrocentos e cinquenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a formação de jovens atletas e obras de manutenção e melhoramento das infra-estruturas desportivas do clube.-----

O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

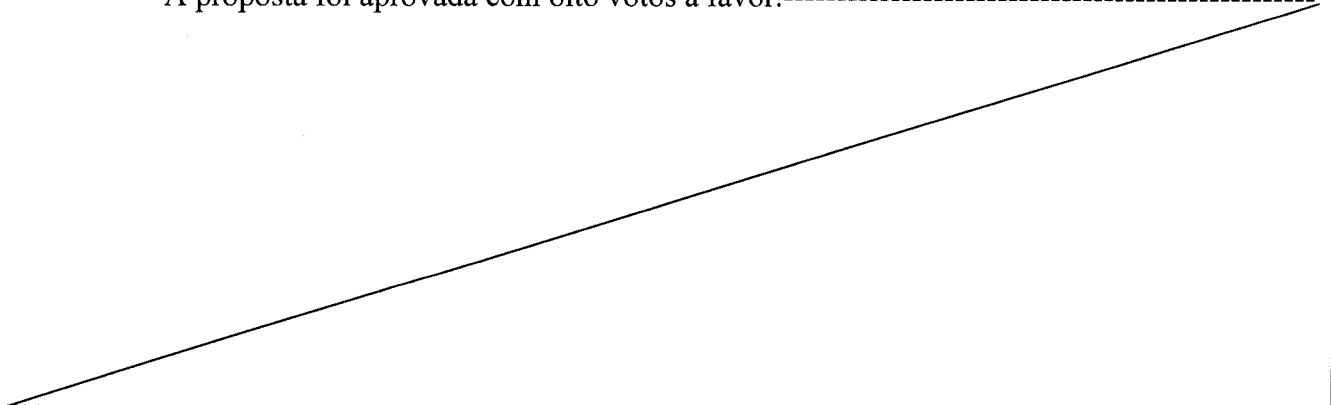
Considerando que a Câmara Municipal tem competência para apoiar actividades desportivas;-----

Considerando que o Futebol Clube Tirsense é uma instituição de utilidade pública que tem vindo a cooperar com o município no desenvolvimento da sua política desportiva, nomeadamente ao apostar na formação de jovens atletas, fomentando assim a actividade desportiva, factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade;-----

Considerando ainda que o Clube tem colocado à disposição da Câmara e das diversas associações desportivas do Concelho as suas instalações desportivas, nomeadamente para a realização das finais do Campeonato Concelhio de Futebol Amador.-----

Proponho a atribuição de um subsídio ao Futebol Clube Tirsense no montante de 50.000,00 € (cinquenta mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





9. E) À JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO: Pavimentação da Rua da Seara:

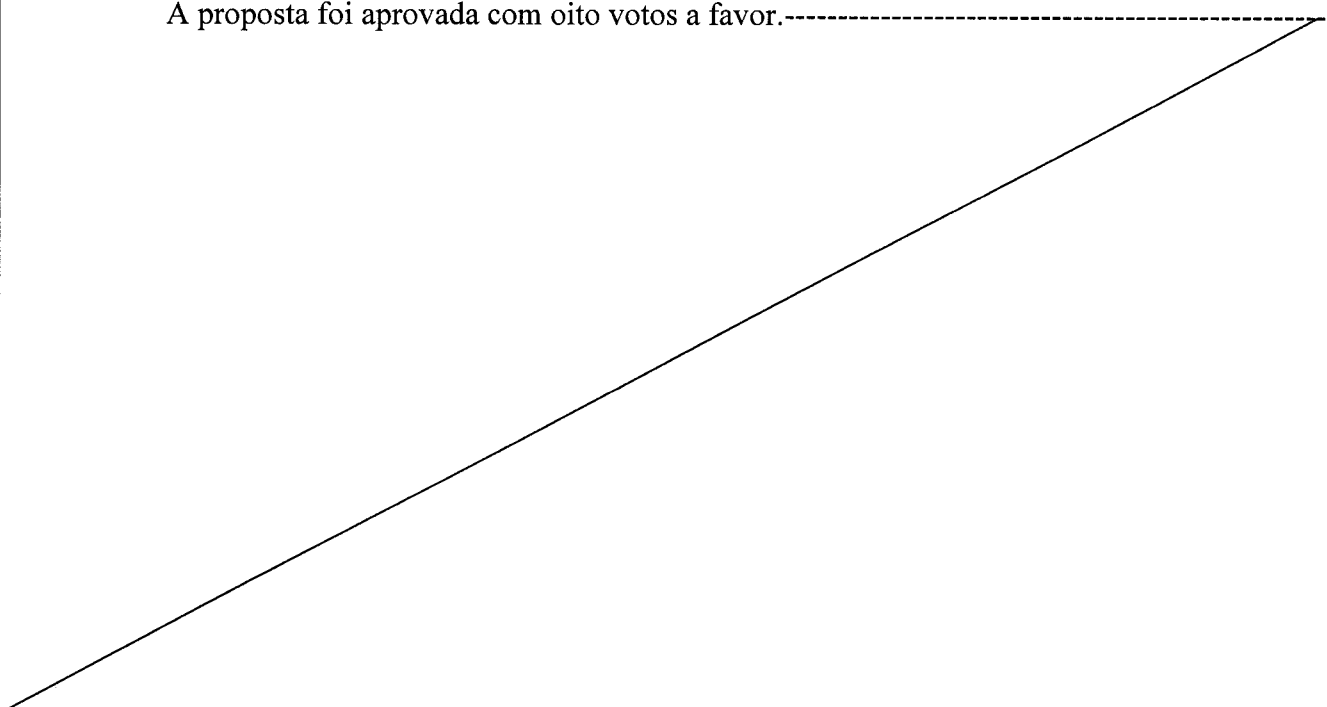
Reforço de Subsídio-----

Presente ofício da Junta de Freguesia de Vilarinho, de cinco de Maio último, registado com o número dezoito mil e trinta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 20.000,00 € (vinte mil euros), em reforço do subsídio atribuído por deliberação camarária de dezanove de Setembro de dois mil e sete.-----

A Divisão de Vias informa que foram realizados trabalhos a mais na empreitada em causa no valor de 9.286,46 € (nove mil duzentos e oitenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Vilarinho um subsídio no montante de 9.286,46 € (nove mil duzentos e oitenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a obra de Pavimentação da Rua da Seara, em reforço do subsídio anteriormente atribuído.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Handwritten marks: a small '4' and a large signature.

9. F) SUBSÍDIO ANUAL A ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o trabalho desenvolvido no plano desportivo pelas Associações Desportivas do concelho de Santo Tirso; -----

Considerando o facto de a Câmara Municipal atribuir, anualmente, subsídios às colectividades desportivas para as ajudar a fazer face às despesas que têm com as suas actividades ao longo do ano; -----

Considerando a competência da câmara municipal para deliberar sobre concessão de apoios a entidades legalmente existentes, que desenvolvam actividades de interesse municipal, nomeadamente na área desportiva (alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro);-----

PROPONHO: -----

A atribuição dos seguintes subsídios anuais às associações abaixo mencionadas:-----

Centro Recreativo Popular Juventude de Água Longa - Água Longa-----1750,00 €
(mil setecentos e cinquenta euros)-----

Clube de Pesca de Além Rio - Santo Tirso-----375,00 €
(trezentos e setenta e cinco euros)-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

A large diagonal line is drawn across the bottom half of the page, from the left margin to the right margin.



7

[Handwritten signature]

9. G) XXIV CAMPEONATO CONCELHIO DE FUTEBOL AMADOR (ÉPOCA 2008/2009): PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES, PARA DESPESAS COM OS SEGUROS.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o XXIV Campeonato Concelhio de Futebol Amador, uma iniciativa desta Câmara Municipal, envolve cerca de seis centenas de atletas, em actividade ao longo de sete meses.-----

Considerando a importância que este campeonato tem para as associações desportivas do Concelho de Santo Tirso;-----

Considerando a sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador e as muitas despesas que as associações nele participantes têm, nomeadamente com o pagamento de seguros desportivos;-----

Considerando que compete à câmara municipal fomentar, apoiar e dinamizar a prática desportiva;-----

PROPONHO:-----

A atribuição de um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros) a cada uma das associações abaixo mencionadas, para as ajudar a custear as despesas com os seguros desportivos:---

A UNIÃO DESPORTIVA DE S. MAMEDE – S. Mamede de Negrelos-----

ABCD – ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO, CULTURAL E DESPORTIVA – Sta. Cristina do Couto-----

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE LAMELAS – Lamelas-----

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – Vila das Aves-----

MONTE CÓRDOVA FUTEBOL CLUBE – Monte Córdova -----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA MOURINHENSE – S. Tomé de Negrelos-----



ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GUIMAREI – Guimarei-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE REFOJOS – Refojos -----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE TARRIO – S. Cristina do Couto-----

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NEGRELOS –S. Tomé de Negrelos-----

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE AREIAS – Areias -----

FUTEBOL CLUBE CALDAS – Areias-----

FUTEBOL CLUBE DE REBORDÕES – Rebordões -----

CLUBE DESPORTIVO DE S. SALVADOR DO CAMPO – S. Salvador do Campo -----

CENTRO RECREATIVO POPULAR DA JUVENTUDE DE ÁGUA LONGA – Água Longa-----

A presente proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

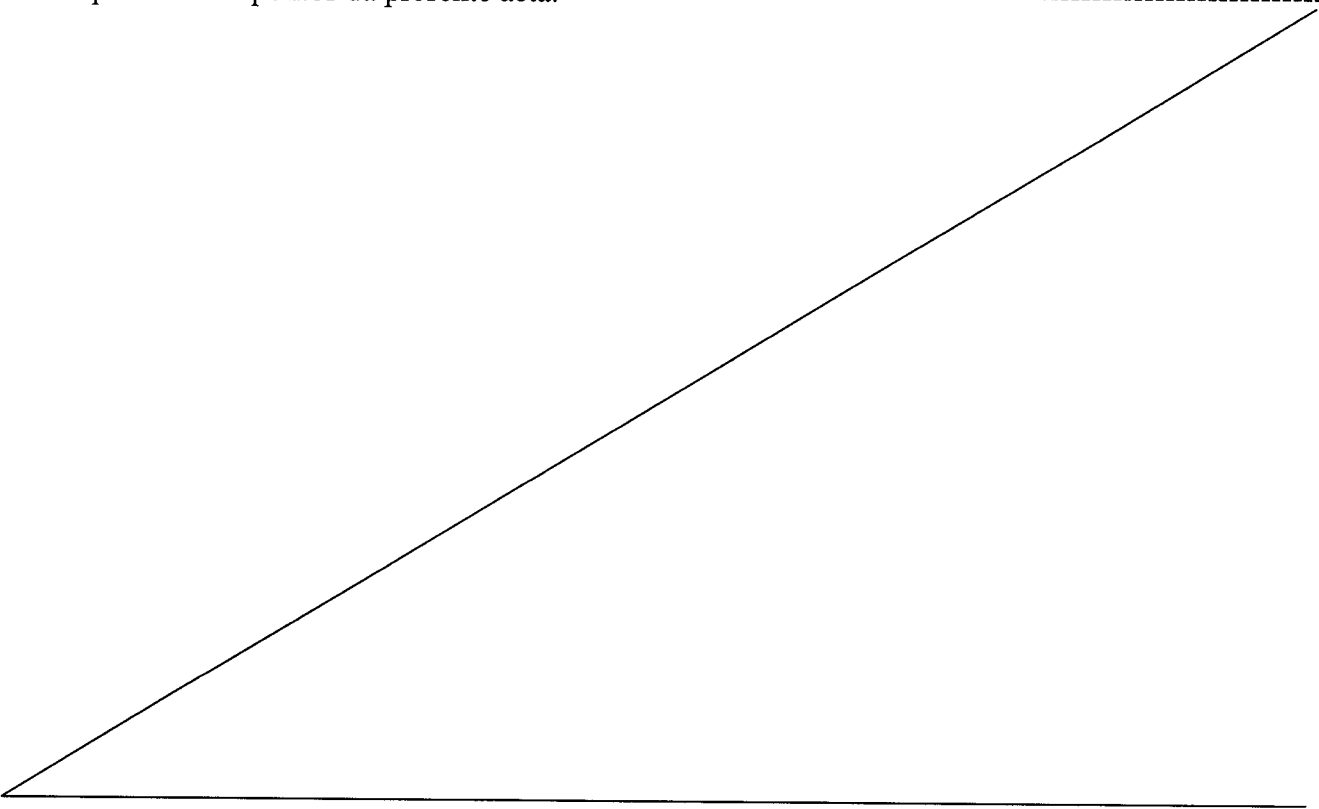


Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

- Transferência de Competências para os municípios em matéria de educação – Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação em 16/09/2008: Ratificação.-----

- Proposta de Suspensão para o ano de dois mil e nove da actualização automática prevista no n.º 2 do art.º 6º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infra-Estruturas Urbanísticas-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes dois pontos da presente acta.-----





1
[Handwritten signature]

**10. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM
MATÉRIA DE EDUCAÇÃO – CONTRATO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM O
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM 16/09/2008: RATIFICAÇÃO.-----**

Presente o Contrato de Execução acima referido, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo o Anexo II da mesma, composto por onze folhas.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido Contrato à ratificação do executivo camarário.--

O Contrato foi ratificado com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“O presente ponto da ordem de trabalhos foi apenas inserido na mesma nesta mesma reunião. Considerando que se trata de um ponto sustentado por inúmera informação técnico-jurídica, cuja apreciação se afigura indispensável para uma tomada de posição consciente, mais não resta do que a nossa abstenção sem prejuízo de procedermos a uma análise cuidada da documentação, cuja cópia desde já solicitamos. A análise cuidada, como se disse, não é possível ser feita em escassos segundos”.-----

Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

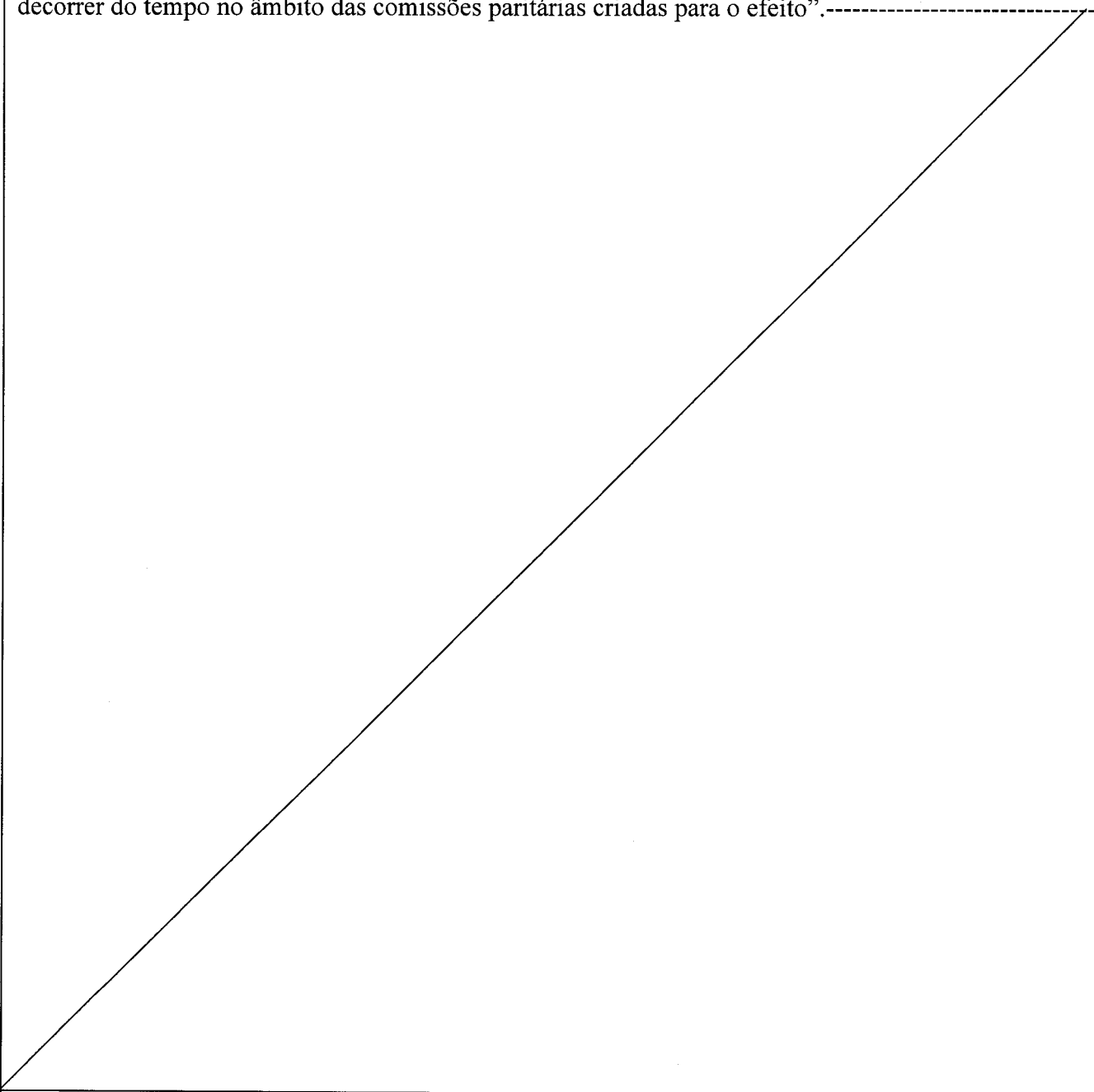
“Tal como aconteceu com mais de noventa e duas Câmaras Municipais também Santo Tirso decidiu aprovar, e muito bem, o protocolo de transferência de competências, na Área da Educação, da Administração Central para a Administração Local. Legislada esta transferência em mil novecentos e noventa e nove e depois de muito analisada e discutida entendeu esta Câmara Municipal levar à pratica um dos mais importantes processos de descentralização em Portugal.-----

São públicas as questões que enfermam estes protocolos já que respeitam legislação regulamentar de dois mil e oito que, de uma vez por todas, veio permitir um avanço concreto neste processo que é similar para todas as autarquias que assinaram os contratos em Setembro passado.-----



[Handwritten signature]

A proximidade da resolução de alguns problemas na área da Educação, vai permitir uma melhor decisão dos mesmos sendo que o próprio protocolo prevê adaptações ao mesmo com o decorrer do tempo no âmbito das comissões paritárias criadas para o efeito”.-----





11. PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE DA ACTUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA PREVISTA NO N.º 2 DO ART.º 6º DO REGULAMENTO DA TAXA PELA REALIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS-----

Presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de trinta de Dezembro findo, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, no sentido de suspender para o ano de dois mil e nove a actualização automática prevista no n.º 2 do artº 6º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas, à semelhança do que foi decidido para o ano de dois mil e oito.-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Considerando os fundamentos da referida proposta;-----

Considerando que o referido Regulamento terá de ser revisto até ao final do ano de dois mil e nove, para efeitos da verificação da sua conformidade com o regime jurídico das taxas das autarquias locais, aprovado pela Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro, conforme previsto no artigo 17º deste diploma legal, na redacção introduzida pelo artigo 53º da Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

Proponho que a Câmara Municipal delibere concordar com aquela proposta e submeter a mesma à assembleia municipal para ratificação, com efeitos retroactivos à data da mesma.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

32

PROPOSTA

O nº 2 do artigo 6º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 16 de Outubro de 2001, estipula que os valores das taxas previstas naquele Regulamento sejam actualizados no dia 1 de Janeiro de cada ano com base na actualização do custo por metro quadrado da área bruta, para habitação a custos controlados.

Como forma de incentivo à iniciativa privada, nomeadamente no ramo da construção civil e de estimular a implantação de novas indústrias e residentes no concelho em detrimento da sua instalação noutros concelhos vizinhos, e à semelhança do que foi decidido para o ano de 2008, conforme deliberação da Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2007, deve manter-se o valor da taxa referida para o ano de 2009.

Determino assim que se suspenda para o ano de 2009 a actualização automática prevista no nº 2 do artigo 6º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara para posterior envio da mesma à Assembleia Municipal para ratificação.

Envie-se cópia à DOP para execução.

Santo Tirso, 30 de Dezembro de 2008

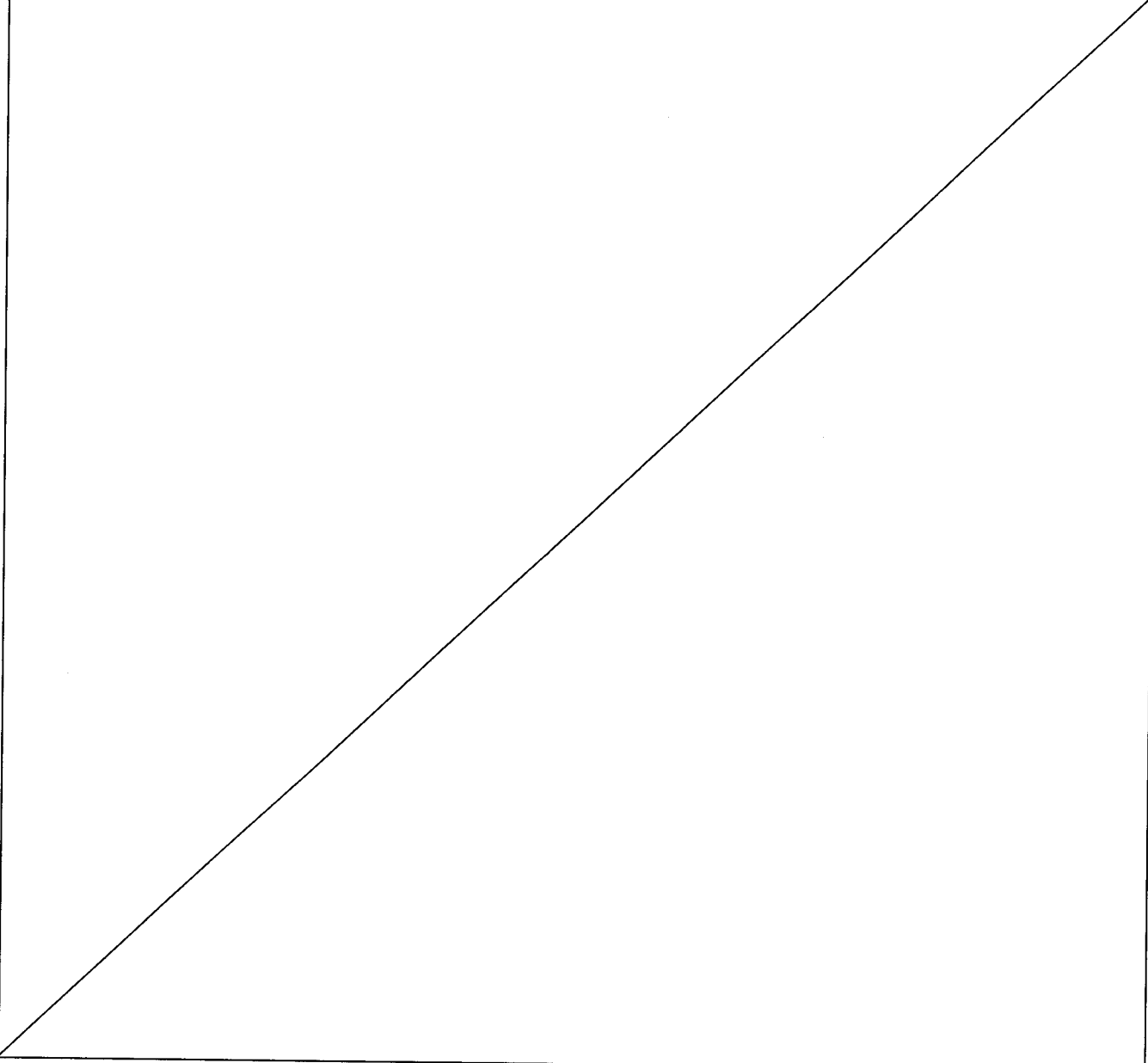
O Presidente

Castro Fernandes



APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e dez minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem trinta e quatro folhas, apenas utilizadas no anverso e dois anexos (Anexo I relativo ao item oito, composto por cinco folhas, Anexo II, relativo ao item dez, composto por onze folhas, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara), que eu

Maria Adriana Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Signature]

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 28 / 01 / 2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Seis da respectiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana